

Aos sete (07) dias do mês de fevereiro de 2018, às 13h00min (treze horas), na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guanhães – Guanhães Prev, à Rua Monsenhor Pinheiro, nº 101, Centro-Guanhães/MG, reuniu-se o Comitê de Investimentos do Instituto, Ana Paula Oliveira, Jane Maria Rays Pires, Maria da Conceição de Souza Barbosa, Marli Fátima de Almeida Silva e Rosimery Aparecida Inácio de Pinho Procópio. A presidente do Comitê, Jane Rays, abriu a reunião dando boas vindas a todos os presentes e passou a palavra para o Consultor Sr. Marcelo Rodrigues representante da nossa Consultoria de Investimentos a PAR Engenharia Financeira Ltda “PAR”, que abriu a reunião com uma revisão dos resultados da carteira de investimento do Instituto e dos fundos no fechamento do ano de 2017. O retorno do Guanhães Prev foi de 10,52% contra 9,04% da meta atuarial (IPCA + 6% a.a.) Discutiu-se a alocação macro da carteira de investimentos onde identificou-se que a maior parte da carteira (aproximadamente 92,70% do PL) está alocada em fundos de renda fixa sendo a seguinte composição: longo prazo (FIDC) com 14,69% rentabilizando 3,87%, médio prazo (IMA-B5/IDKA 2A/IPCA/IMA GERAL (GESTÃO DURATION)) com 43,79% rentabilizando respectivamente 12,58%/13,61%/2,95%/12,89%, curto prazo (IRFM-1/CDI) com 34,22% rentabilizando respectivamente 11,12%/9,93%. Está alocada em fundos de renda variável 7,30% do PL, sendo a seguinte composição: ações livres 2,52%, rentabilizando 26,86% e em fundos multimercado 4,78 rentabilizando 9,93%. Com a atual estratégia de alocação dos recursos o instituto alcançou um resultado acima da meta, sendo de 1,43%, ou podemos dizer que o instituto atingiu até o momento 116,34% da meta atuarial. Tal desempenho é justificado pelas alocações e realocações realizadas zerando os índices de longuíssimo prazo de duration permanecendo com a maior parte dos investimentos em CDI motivado principalmente pelo cenário de forte queda nas taxas de juros que 2017 apresentou. Após a apresentação dos resultados da carteira, foi acatado de forma favorável à visão da PaR Engenharia Financeira, na análise do comitê de uma exposição maior em fundos de renda variável além de uma diversificação de ativos, principalmente em fundos de ações. Foi explanado que o cenário econômico brasileiro no primeiro semestre de 2017 foi marcado pela forte desvalorização da taxa básica de juros, sendo ela consequência da estabilização dos preços. Foi-nos apresentado que no mercado local, as atenções em 2018 estarão voltadas para o eventual avanço das reformas econômicas, sendo a principal a da Previdência e para as eleições presidenciais, o que aumenta o quadro de 4 de 4 incertezas. Se neste ano, alguns fundamentos seguirem como em 2017, teremos a inflação controlada e os juros em novo piso histórico. No entanto, os gastos com os alimentos e a energia poderão ser maiores, e o não avanço das reformas deverá ser mal recebido pelo mercado. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, por conta dos ganhos já obtidos com os investimentos em fundos e títulos de prazo mais longo e com as dificuldades na continuação da aprovação das reformas econômicas, continuamos a recomendar uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação é de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que

envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Assim, novamente, o consultor financeiro recomendou para termos uma atenção especial em renda variável e indicou aplicação com remuneração destas em ações livres. E também advertiu-nos novamente que após a aprovação da nova resolução o fundo Bradesco Plus I Multimercado está desenquadrado dentro da mesma e que devermos o mais breve possível realocar o valor do mesmo em outro fundo do mesmo segmento que esteja enquadrado dentro da nova resolução. A presidente do Comitê informou a todos que as providências cabíveis quanto ao desenquadramento do Fundo do Bradesco já foram tomadas junto à BRAM, mas que até o momento não obtivemos resposta. Sendo assim, fica decidido, por unanimidade, que iremos solicitar da consultoria financeira a análise de alguns fundos do Bradesco que sejam no segmento Multimercado para podermos adequá-lo dentro da nova resolução e que após as análises, o valor que está alocado no fundo em desenquadramento será alocado no fundo que apresentar melhor rendimento sem necessidade de nova reunião. Fica decidido ainda, que solicitaremos também uma análise da nossa carteira de investimentos para melhor adequação à nossa política, e assim, fazermos as realocações que o mercado exige no momento para que possamos continuar perseguindo a meta atuarial. Não havendo nada mais a ser tratado a Senhora Jane Maria Rays Pires, Presidente do Comitê, declara como encerrada a reunião e a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Guanhães, 07 de fevereiro de 2018.